

O Capital no Século XXI, de Thomas Piketty

Walter Marcos Knaesel Birkner¹

A relação entre capitalismo e desigualdade é dos principais objetos de discussão na Sociologia e na Economia política. Seguramente, em cada uma dessas áreas está entre os três primeiros, sendo o objeto central do livro *O capital no século XXI*, do economista político francês Thomas Piketty, que gosta de ser identificado como cientista social. Publicado no Brasil pela Editora Intrínseca, o livro foi traduzido pela economista brasileira Mônica Baumgarten de Bolle. Não parece “estúpido” como sugere James Robinson,² ao contrário, apresentando uma retrospectiva de 200 anos de capitalismo, demonstrando não só que o sistema produz desigualdade, mas que ela tem aumentado, o que leva o autor a sugerir que o remédio de longa vida estará na capacidade do Estado em taxar os mais ricos. Alguém tinha de pôr lenha nessa fogueira.

Além das óbvias advertências sobre as insuficiências da economia de mercado, o autor tenta demonstrar que a capacidade de crescimento e a difusão do conhecimento permitiram a sua sobrevivência, apesar da perenidade da desigualdade. Trata-se do resultado de uma pesquisa serial, de longo tempo, com inevitáveis lacunas estatísticas, sobre a economia de vários

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em História Política do Brasil Pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). b-walter@hotmail.com

² James Robinson é autor de “Por que as nações fracassam”, que assim desqualificou o livro de Piketty, respondendo a uma pergunta em entrevista à Revista Veja, de 16 de julho de 2014.

países: EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Japão entre os principais. O primeiro dos aspectos que o livro reforça tem a ver com o reconhecimento de que o capitalismo é cíclico, sendo de sua natureza selvagem a liberdade e a instabilidade. Então não se espere de um tigre selvagem e faminto a estabilidade de um leão velho de barriga cheia no zoológico.

A tese central do livro, no entanto, demonstra que ao longo dos ciclos de crescimento e crise, o capitalismo aumenta a riqueza ao mesmo tempo em que – instigante paradoxo – faz crescer a desigualdade. Instigante paradoxo, essa constatação é a pedra filosofal da obra. Dela saem duas pérolas. A primeira sugere, não literalmente, mas sugere, enterrem-se as aspirações revolucionárias. É mais fácil aceitar o capitalismo, leia-se propriedade privada e liberdade do mercado. Não esfreguem as mãos, porém, os liberais mais convictos porque vem a segunda pérola: a fim de tornar o capitalismo infinitamente viável e “desejavelmente” menos desigual, é preciso aumentar a intervenção do Estado “Robin Hood”.

Tratou o autor de reacender a conflagração moral na política. Escreva-se o vaticínio: será o livro mais lido por “progressistas” nas universidades do Brasil afora. Ao que isso nos remete é mais ou menos ao modo como os governos social-democratas têm pensado e agido em relação às políticas econômicas e continuarão nas próximas décadas. Tome-se, a exemplo, a gestão 2003-2014 do governo brasileiro, acusado de ignorar a ortodoxia econômica, insistindo no ativismo estatal, desprezando leis da ortodoxia macroeconômica como a austeridade fiscal, a poupança, o controle inflacionário e a confiança na sociedade.

Piketty facilita essa compreensão ao demonstrar, por exemplo, que alguma inflação sempre foi uma forma “menos injusta” de diminuir a dívida pública, enquanto a austeridade (prolongada) seria a pior delas, por punir os mais pobres (voltaremos a isso). Assim, e na impossibilidade de aumentar a taxa sobre os ricos, a saída é o endividamento e a aposta no futuro. Isso significa ignorar uma lei fundamental do capitalismo, qual seja: “um país que poupe muito e cresça lentamente acumula, no longo prazo, um enorme

capital.” Nessa direção, “progressistas” insistem no questionável paradoxo do aumento da riqueza igual ao aumento da desigualdade. É questionável por algumas razões, uma delas traduzível na pergunta filosófica que, sem intenção, o autor suscita: Desde que mais gente participe do aumento da riqueza – como aconteceu no Brasil – qual é o problema de que a desigualdade aumente, se todos ganham?

A pergunta geral que Piketty procura responder, entretanto, é outra: Será que Marx estava certo no século 19 quanto à inevitável contradição do capitalismo, leia-se o próprio paradoxo antes mencionado, ou estaria certo seu professor, o estatístico e economista Nobel Simon Kuznets, ao sugerir o contrário um século depois de Marx? O que Marx nos disse todos sabemos, mas vale lembrar que se trata da concentração da riqueza e isso Piketty expressa estatisticamente, mostrando que a renda do capital aumenta desproporcionalmente em relação à produção e à renda oriundas do trabalho. O que Kuznets procurou demonstrar, por meio de sua famosa “curva ambiental”, é que a desigualdade aparece no início dos ciclos de crescimento, para se atenuar depois. Isso aconteceria em razão de que na primeira fase do crescimento a demanda por mão de obra qualificada elevaria os salários em detrimento dos não qualificados. Estes seriam beneficiados na segunda fase do crescimento, que leva as pessoas a buscarem educação, o que alastra a qualificação e melhora os salários, diminuindo a desigualdade.

Ora, respondendo a essa pergunta, Piketty admite que o crescimento econômico e a difusão do conhecimento evitaram a hecatombe, como bem fazem compreender autores como Sylvia Nasar e Richard Sennett.³ Isso, todavia, não teria sido suficiente para afetar “as estruturas profundas do capital e da desigualdade”. E, para demonstrar essa evidência estatística, ele usa o próprio método de Kuznets para então ampliá-lo geográfica e temporalmente, a fim de colocar em xeque o otimismo daquele autor e de

³ Para esclarecimentos, ver Birkner. W. M. K. A imaginação econômica. In: *Revista Humus*, vol. 8, série 3, 2013.

tantos outros nossos contemporâneos. A contestação de Piketty se dá em relação à ideia de que o capitalismo é, fundamentalmente e no longo do tempo, expansivo e inclusivo. Essa ideia teria sido fortalecida por trabalhos como o de Kuznets.

Piketty confronta-se com esse otimismo ao tentar demonstrar que a diminuição da desigualdade foi temporária e contingente, isto é, resultado de uma externalidade ao sistema capitalista. Isso aconteceu durante as duas guerras mundiais e no período subsequente de recuperação. Foi quando os governos envolvidos exigiram sacrifícios dos mais ricos, por meio da taxação de suas riquezas para financiar os gastos com as guerras. Assim, o autor sugere que “a redução da desigualdade no século passado é o produto caótico das guerras e dos choques econômicos e políticos por ela provocados e não o resultado de uma evolução gradual, consensual e branda”. E continua, afirmando que “no século 20, foram as guerras que fizeram do passado tábula rasa e não a suave racionalidade democrática e econômica” (Piketty, 2014, p. 269).

Além disso, a inflação tende a corroer os títulos da dívida pública em poder dos mais ricos. Em geral esses títulos, comprados pelos mais ricos, permitem os gastos sociais. Ao modo keynesiano, Piketty ensina ao leitor leigo que essa dívida é corroída em tempos de inflação, “reduzindo o peso do endividamento público e da riqueza (dos mais ricos)”, o que favorece os governos, “basta(ndo) um pouquinho de inflação adicional para reduzir bastante o valor real da dívida pública” (p. 136, 530).

Assim, Piketty explicita que não são as forças naturais do capitalismo, via crescimento econômico, aumento do capital humano e tecnologia, que explicam a diminuição da desigualdade. São fatores contingentes ou de ordem política. Na esteira dessa afirmação, o autor demonstra estatisticamente que a partir da década de 80 passa a haver um processo, agora sim natural, de recomposição das perdas dos mais ricos, revertendo a curva de Kuznets. O

que tem acontecido, segundo ele, é um processo de privatização da riqueza nos países ricos, por conta da transferência de patrimônio público para o privado, tudo demonstrado estatisticamente (p. 181).

Nessa perspectiva, cairia por terra a versão mais contemporânea do otimismo em relação ao sistema, segundo a qual “fomos levados a pensar que o capital humano sobre o capital no sentido tradicional (terras, imóveis, ativos financeiros) seria um processo irreversível” (p. 228). As forças políticas é que teriam sido fundamentais. Por extensão, discorda que a tecnologia, como o mercado “que não tem limite nem moral”, tornam o mundo mais democrático e meritocrático. Se desejarmos uma sociedade mais justa, não bastará contar com os recursos da tecnologia (p. 229).

Piketty, todavia, reconhece um acontecimento histórico que considera a maior inovação do século 20. Trata-se justamente da emergência da classe média patrimonial, que significou “a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos” (p. 255). Até por volta de 1910, em países como França, Reino Unido e Suécia, por exemplo, os 10% mais ricos detinham 90% da riqueza nacional. O 1% do topo detinha 50%. Essa foi a configuração do bolo distributivo no século 19 na Europa, sem variações notáveis. Enquanto isso, os 40% intermediários seriam “tão pobres quanto os outros 50% mais pobres”.

Um século depois, admite o autor, essa distribuição mudou na medida em que na Europa de hoje os 10% mais ricos detêm 60% da riqueza, denotando a presença de uma classe intermediária entre os ricos e os pobres, para a qual toda a perda patrimonial e de rendimento do décimo superior foi transferida (p. 338). Piketty não ignora que essa mobilidade tenha mudado a configuração do conflito distributivo, mas sua opinião é curiosamente oscilante a respeito. Ele desdenha o tamanho dessa mudança, considerando tratar-se “de migalhas importantes”, lembrando que os 5% da base continuam “tão pobres quanto no passado” (sic), e que “a redução histórica da desigualdade foi menos intensa do que se imagina” (p. 256). Na sequência, o autor afirma ser essencial a compreensão das razões dessa

mudança. Lembra que o centésimo de cima baixou sua riqueza de 50% pra 25% ao fim de um século e admite que “Tentar entender as condições que levaram ao surgimento, à manutenção, ao rebaixamento e ao provável retorno dos níveis de concentração patrimonial é um de nossos principais objetivos nesse livro” (p. 257).

Piketty segue sua análise num movimento pendular sobre a importância e as causas do surgimento da classe média. Resumidamente, o autor reconhece que, no longo prazo, investir na formação e qualificação é a melhor maneira de aumentar os salários e reduzir as desigualdades salariais: “educação e tecnologia são as forças determinantes” (p. 305). Afirma mais à frente, contudo, que “é ilusório pensar que existem na estrutura do crescimento moderno ou nas leis da economia de mercado, forças de convergência que conduzam naturalmente a uma redução da desigualdade da riqueza ou a uma estabilização harmoniosa” (p. 367). É sempre o acaso das guerras e o papel do Estado. Exatamente por isso é curioso, e um tanto frustrante, que o autor reconheça essas forças determinantes na explicação do surgimento de uma classe média e não atribua parte desse mérito à expansão do Welfare State durante o século 20.

Na continuação, Piketty sugere que as sociedades democráticas vivem a ilusão da meritocracia, um autoengano coletivo fundamental que ele traduz na crença em explicações racionais e universais a respeito das desigualdades. Essas explicações esconderiam a contradição entre a proclamada igualdade dos direitos com a desigualdade real das condições de vida (p. 411). Assim, o crescimento teria permitido evitar o pior e controlado o processo de acumulação do capital, mas não teria mudado sua estrutura.

Então, se Marx errou na previsão mais agourenta de que o capitalismo se extinguiria pela sua natureza autofágica, ao menos estaria certo em relação ao paradoxo do aumento da riqueza correspondente ao aumento da desigualdade. Essa é a tese central da obra de Piketty, qual seja, a de que o capitalismo produz desigualdade desproporcional à capacidade de gerar crescimento. E, ainda que gere crescimento, a riqueza gerada pelo trabalho

é notavelmente desproporcional àquela gerada pelo capital, isto é, pelos que têm patrimônio, sendo esse o fator gerador da desigualdade. Aqui fica evidente a roupagem neomarxista, já observada entre comentaristas na imprensa internacional. Segundo o autor, a desigualdade faz com que os patrimônios originados no passado recapitalizem mais rapidamente do que a produção e os salários, fazendo um empresário preferir ser um rentista. Uma vez constituído, o capitalismo se autorreproduz e “o passado devora o futuro”.

A diferença de Piketty para Marx é que o primeiro vê no Estado a possibilidade de intervir, enquanto Marx via no Estado o ente que representaria a burguesia e só aprofundaria o problema. Segundo Marx, a solução era a abolição do Estado. Para Piketty, o Estado é a única solução, e a melhor política é o imposto progressivo, ideia que deverá ocupar o topo da lista na agenda de partidos progressistas durante o século 21, pressionando o Estado de bem-estar social a uma nova expansão fiscal.

Ciente de pisar em terreno minado, Piketty faz lembrar que a questão do retorno do Estado não se coloca atualmente como na década de 30, porque o Estado já é monstruosamente mais presente (p. 461). De 1920 a 1980, dependendo do caso, sua estrutura multiplicou-se de três a cinco vezes. E sabemos nós que seu papel fiscal e orçamentário é inegável e sem tendência de baixa. O grande salto, no entanto, já foi dado e não há mais como expandir. Nessa direção, tome-se o exemplo do Brasil, cuja gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) aumentou a carga tributária de 26% para 36%, embora acusado de “neoliberal”.

Não há mais lastro para taxar os que já são taxados. Seria necessário, porém, reinventar instrumentos de arrecadações e gastos, “coração do Estado moderno”, a fim de manter a sua inteligibilidade e eficácia ao mesmo tempo social e econômica. Não obstante, “é impossível criar novos instrumentos sem provar aos cidadãos que os existentes funcionam corretamente” (p. 462). Não seria, entretanto, questão de aumentar a arrecadação e sim de modernizar.

O imposto progressivo, segue o autor, “não é apenas uma questão técnica, mas eminentemente política e filosófica, e sem dúvida a mais importante de todas”, e que está no cerne do confronto político.

Nessa perspectiva, o imposto progressivo seria a mais importante inovação fiscal do século 20. Agora, esse instrumento precisaria ser pensado no sentido de alcançar os mais ricos, não apenas com o objetivo de criar um novo ciclo de combate à desigualdade, mas de garantir a própria vitalidade do sistema econômico, que precisaria valorizar o trabalho e não a renda. Assim, as riquezas desmedidas não corresponderiam ao espírito empreendedor e tampouco teriam utilidade para o crescimento. Deveriam, portanto, ser progressivamente taxadas.

O problema é combinar isso com os ricos do mundo inteiro. Piketty reconhece a utopia, mas aposta na possibilidade de estabelecer consensos internacionais que superem as forças de concorrência fiscal entre os países. Como promover a engenharia política que permita a construção dessa cooperação internacional, o autor reconhece como o grande desafio nas relações internacionais do século 21. A possibilidade de materialização histórica disso responderia, por fim, a sua melhor pergunta feita no livro, qual seja: “Será o imposto progressivo filho natural da democracia e do sufrágio universal?” (p. 485).

Substituir a utopia socialista pela utopia do imposto progressivo sobre o capital e baixar o retorno do capital a zero, é como o autor resume sua proposição (p. 518). Se as democracias de massa seguirem o curso das pressões pelas demandas de bem-estar, será preciso buscar novos meios de financiar o Estado, é verdade. A rigor, afirma Piketty, há duas formas de fazê-lo: seja por meio de impostos ou dívidas. Dívidas são de interesse de quem tem cacife pra emprestar ao Estado, portanto, sugere o autor, seria melhor taxar os ricos do que dever a eles (p. 526).

Por fim, o economista francês sugere que a Economia deveria ser uma subdisciplina das Ciências Sociais. Prefere a Economia política à expressão Ciências Econômicas, reivindicando sua função normativa e política a estudar o papel do Estado, suas instituições e políticas públicas ideais (p. 558). E, explicitando seu neomarxismo, conclama os cientistas sociais a se engajarem no debate público. Para ele os cientistas sociais não deveriam deixar aos economistas o estudo dos fatos econômicos, nem deveriam “fugir em pânico no momento em que um número aparecesse, ou de se contentar em dizer que cada estatística é um construto social” (p. 559).

O capital no século XXI, é uma leitura instrutiva e provocante, permitindo-nos reafirmar que será lido com entusiasmo por muitos acadêmicos, políticos e militantes defensores do fortalecimento do Estado e das políticas públicas de combate às desigualdades. Faz crer o livro que o debate sobre o aumento do imposto progressivo entrará, progressivamente, na agenda política e acadêmica do Welfare State, revigorando o discurso pela justiça social. Além disso, sugere sangue novo na análise ao sistema econômico e na defesa da produção e do trabalho em relação ao rentismo. De sobra, revigorará certo marxismo, o que é bom do ponto de vista do debate.

Não obstante tudo isso, o autor poderia ter enfrentado didaticamente não apenas uma, mas pelo menos duas perguntas (filosofais) que surgem das entrelinhas de sua principal tese. A tese geral é a de que, no longo tempo, o capitalismo cresce e gera riqueza, entretanto, deixado ao manejo da mão invisível, explicitaria sua irresistível tendência ao aumento da desigualdade. A primeira pergunta que surge das entrelinhas é a seguinte: Afinal, o que importa que a desigualdade aumente, desde que o crescimento da economia aumente a riqueza geral e inclua novos integrantes? No século 19, subestimando a capacidade de expansão do capitalismo, Marx acreditava que a desigualdade tão somente acompanharia o caráter concêntrico e excludente que determinaria o fim do sistema. Um século e meio depois, Piketty presaria um bom serviço demonstrando, didaticamente, os efeitos ameaçadores da desigualdade ao sistema econômico. Isso precisa ser respondido, tanto

quanto a segunda pergunta da qual o autor passa a quilômetros, qual seja: Afinal, será que as instituições políticas, econômicas e educacionais em cada país não seriam o fator explicativo da capacidade de crescimento e de combate às desigualdades? Talvez esses sejam temas considerados em seus próximos trabalhos, porque essas perguntas lhe serão feitas.

Referência

- BIRKNER, W. M. K. A imaginação econômica. In: *Revista Humus*, vol. 8, série 3, 2013.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p.

Recebido em: 10/2/2015

Aceito em: 30/6/2015